



ATA DA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DO CONSELHO MUNICIPAL DE POLÍTICA CULTURAL DE LONDRINA REALIZADA EM 28/07/2025.

Aos vinte e oito dias do mês de julho de dois mil e vinte e cinco, com início às dezenove horas e quinze minutos, em segunda convocação, realizou-se na sede da Secretaria Municipal de Cultura (SMC), Auditório Vilanova Artigas, reunião extraordinária do Conselho Municipal de Política Cultural, biênio dois mil e vinte e quatro a dois mil e vinte e seis, cujos membros foram nomeados através do Decreto nº 1112, de 28 de agosto de 2024, publicado no Jornal Oficial do Município nº 5288, de 02 de setembro de 2024; Decreto nº 310, de 10 de março de 2025, publicado no Jornal Oficial do Município nº 5446, de 26 de março de 2025; Decreto nº 451, de 14 de abril de 2025, publicado no Jornal Oficial do Município nº 5469, de 16 de abril de 2025 e do Decreto nº 690, de 11 de junho de 2025, publicado no Jornal Oficial do Município nº 5515, de 23 de junho de 2025. A reunião foi convocada pela presidente Nuria, com pauta única o planejamento do PNAB 2025 e tem início com a presidente relembrando que a presente reunião foi deliberada em 07/07/2025, quando foi apresentada planilha elaborada pela comissão formada para estudo e criação do PAR e que hoje serão analisadas as propostas recebidas via e-mail, sendo uma do Teatro Kaos e outra multissetorial, além de e-mail da Associação de Amigos do Festival de Música e outro da Professora Dra. Eloisa R. Ribeiro Rodrigues, membro do COMPAC. A conselheira Solange Batigliana lembra que foi criada comissão com membros do Conselho e da Secretaria para elaborar a minuta do PAR (Plano de Aplicação de Recursos), referente ao segundo ciclo do PNAB; que tal proposta foi apresentada e analisada pelo Conselho. Solange então pergunta se todas as setoriais fizeram suas propostas e quais foram os grupos que se reuniram e formaram a comissão se reuniu e colocou uma nova proposta, recebida inicialmente como sendo de Kennedy Piau. Na condição de ouvinte, Edward Fão, respondeu que a sua proposta nasceu de reunião na Usina Cultural e mais três setoriais. José Paulo Brizolla, da setorial do Teatro, disse que na mesma semana da reunião ordinária do Conselho sua setorial em reunião *on line* analisou a proposta da comissão e a proposta do Piau e que a proposta do Piau chamou mais a atenção na questão da estruturação dos pontos de cultura e, por unanimidade, a setorial de Teatro endossou tal proposta; diz que foram as setoriais de Vilas Culturais, Teatro e de Tradições Populares que participaram; que outras setoriais foram convidadas, porém não participaram. A presidente Nuria acrescenta que Piau mandou o e-mail como representante, mas que a proposta já havia sido endossada por diversas outras pessoas. Solange diz que o assunto não veio para a comissão durante os estudos. Nuria diz que foi feita reunião em 22/07/2025 com dez pessoas para formalizar a proposta e repassar aos demais membros; que a proposta é mais estratégica, pensando a longo prazo, pois pensa na estruturação das Vilas. Alexandre Simioni, representante de Vilas Culturais, diz que a setorial se organizou e que a proposta apresentada pelo projeto Ruar é mais interessante no tocante à verba para o Teatro Zaqueu de Melo e à linha de pesquisa; diz que a setorial tem dúvidas sobre o cronograma do Zaqueu de Melo e entende que a proposta do Ruar busca compartilhar mais os recursos e estruturar as Vilas; pontua que a proposta apresentada já teve modificações decorrentes das conversas em reunião. Teresa, representante do Artesanato, diz que enquanto membro da comissão questionou a destinação de verba ao Teatro Zaqueu de Melo e não a outros espaços; diz que não conseguiu apresentar proposta da setorial de Artesanato à proposta do Piau, mas se colocou contrária ao parecer da comissão em relação ao Zaqueu de Melo. Júlio Erthal, da setorial de Música, informa que a setorial, por maioria, votou participar da reunião da multissetoriais. Já Josemar Lucas, da Região Oeste, explica que a sua setorial também não conseguiu se reunir, mas que ele está em contato com agentes das setoriais e que em

23/06/2025 (reunião convocada e não aconteceu por falta de quórum) já despertou sua preocupação quanto à distribuição de recursos do PNAB 2025; diz que a proposta é uma síntese do pensamento discutido desde o começo dessa gestão do Conselho e que o PNAB preconiza alcançar locais ainda não contemplados por recursos públicos e entende que a proposta é otimizar vários espaços. Com a palavra, Magali Kleber, presidente da Associação de Amigos do Festival de Música de Londrina, na condição de ouvinte, expõe que o Estado disponibiliza canal de comunicação para discussões acerca do PNAB e que não viu tal iniciativa no Município e, por isso, enviou o e-mail perguntando como será feita a distribuição de recursos do PNAB; destaca a importância do Teatro Zaqueu de Melo para a cultura da cidade e o Conselho e SMC precisam agir de modo a retomar aquele espaço; que o PNAB tem como objetivo alcançar pessoas e instituições afim de promover a intersetorialidade e não colocar CNPJ acima de CPF. A seguir, o conselheiro Aurélio, da Região Sul, esclarece que fez apontamentos não endossando a proposta do RUAR; que encaminhou documentos para sua setorial e não teve outras propostas, por isso votará hoje por sua própria convicção; diz que é favorável à democratização dos recursos e não da concentração. José Paulo Brizolla, então, propõe que encaminhem para a votação a proposta da Comissão, retirando a Linha de Pesquisa e o recurso para o Teatro Zaqueu de Melo, e depois as duas outras propostas recebidas. O Secretário tem a palavra e expõe que não havia aprovação do Corpo de Bombeiros ao projeto que foi feito para o Teatro Zaqueu de Melo e que, a seu pedido, foi realizada nova vistoria, sendo apontadas novas solicitações; que além da obra é preciso pensar em verba para manutenção e funcionamento do espaço. Diz que o prefeito está trabalhando para conseguir recursos para o Teatro Zaqueu e Teatro Municipal, informa que está sendo objeto de estudo projeto de lei para subvenção financeira para gestão do Teatro. Marcelo Pinhatari, da setorial de Capoeira, diz que o Conselho precisa se unir para valorizar a cultura londrinense perante a sociedade; que a ausência de orçamento é reflexo do pensamento de que a sociedade não vê a cultura como prioridade. Diz ainda que as pessoas físicas querem recursos para que possam trabalhar; pergunta para a conselheira Solange se o recurso do PNAB é prerrogativa da gestão, se é um recurso para ser votado ou pode ser usado independente da decisão do CMPC. Solange então responde que se trata de um recurso fundo a fundo, por meio de processo democrático, aberto e participativo; que o recurso de investimento é uma oportunidade, visto que é a primeira vez que tem recurso federal e que o investimento no PNAB está destinado ao uso público, o ente precisa apresentar o PAR e a sociedade ser ouvida. O conselheiro Josemar Lucas diz que é preciso reunir as setoriais e ampliar os debates; lembra que a primeira reunião agendada para discutir o PNAB no Conselho não aconteceu por falta de quórum e que é preciso ter demonstrado no papel o cronograma das obras do Zaqueu de Melo, possibilitando vislumbrar uma perspectiva de inauguração do teatro; que não houve nas discussões nenhuma controvérsia quanto às pessoas físicas, apenas na linha de pesquisa e para o Zaqueu. Alex Lima, presidente da Usina Cultural, na condição de ouvinte, esclarece que a Usina é um pontão de cultura e parte do recurso recebido do PNAB foi utilizado para reforma do espaço e que a Lei Paulo Gustavo possibilitou bancar obras necessárias para recolocar o espaço em funcionamento, conseguindo cumprir exigências do Corpo de Bombeiros; disse ainda que a Usina tem diversas atividades, recebendo projetos de pessoas físicas e jurídicas. A conselheira Vani, representante do Sindicato dos Trabalhadores, informa que não conseguiu se reunir com os sindicatos para tratar do assunto; pergunta qual a contrapartida da Prefeitura e prazos para o Teatro Zaqueu de Melo; que o recurso deve ser melhor dissolvido na cidade, em que pese a importância do Zaqueu, lembrando que o Prefeito assinou um manifesto se comprometendo com a cultura da cidade. A seguir, Maria Luisa diz que é importante ouvir as demandas de outras parcelas da sociedade; que concorda com as colocações postas de que o Zaqueu de Melo é um espaço para muitos projetos e entende que a cidade tem demanda para um espaço da dimensão do teatro; que poderiam ser buscadas parcerias público-privadas para administrar o Zaqueu. Respondendo ao conselheiro Josemar, esclarece que há relatórios de uso e visitas ao Museu de Arte, atestando as diversas atividades ali realizadas, mesmo o Museu dispondo de recursos inferiores aos de muitas Vilas e lembra que já houve, em outras épocas reuniões para apresentação de dados da SMC e ninguém compareceu. Sonia Dias, respondendo a Alex Lima, pede a ele para esclarecer a fala sobre realização de obras na Vila com recursos do PNAB, uma vez que os projetos de ponto de cultura tinham como objeto a realização de projetos culturais e não de obras; respondendo a Alexandre Simioni, diz que a preocupação com a manutenção do atendimento no Teatro Zaqueu de Melo deveria ser estendida aos demais espaços da SMC; que os presentes estão

cobrando cronograma do Zaqueu, porém não viu cronograma na proposta do RUAR. Josemar pergunta quais espaços terão direito aos recursos após da destinação e Sonia Dias responde que a seleção será por chamamento público e com isso, outros espaços diferentes dos apontados na proposta do RUAR poderão receber o recurso do PNAB. Alex Lima, na condição de ouvinte, observa que a experiência do teatro não precisa necessariamente acontecer no espaço físico de teatros, podendo ser disseminado em espaços diversos, Vilas culturais, inclusive. Com a palavra, o Secretário observa que nesta reunião ficou demonstrada a vontade dos presentes de efetivarem as ações; que se a cultura não for divulgada ela não será uma preocupação para a sociedade como uma prioridade; que a SMC da forma como atualmente se encontra não tem condições de manter por muito tempo. O Secretário propõe a realização de escuta pública por dez dias, para ouvir a comunidade, com posterior análise das propostas para se chegar a um consenso. Alexandre Simioni pergunta se as três propostas já apresentadas serão descartadas e lembra que na reunião passada foi destacada a falta de tempo para definição o PAR. Lucinea Rezende, da setorial de Fotografia, pontua que a proposta trazida pelo Secretário partiu da discussão posta hoje nessa reunião, como um resumo dos anseios dos presentes por maior discussão. Sonia Dias fala que a apresentação das três propostas gerou dúvidas hoje, ensejando a necessidade de uma maior abertura para discussão. Reinaldo Zanardi observa que na reunião de hoje foram discutidos apenas princípios (PJ com ou sem fins lucrativos e PF) e não propostas. Aurélio sugere a apresentação das três propostas existentes na consulta pública e depois discutir as demais que surgirem, opinião também manifestada pelo conselheiro Josemar. O Secretário diz que novas propostas poderão vir da consulta pública, propondo que sejam cinco dias para o recebimento de propostas e cinco dias para votação. A proposta é colocada em votação e aprovada, tendo 03 abstenções. Não havendo mais nada a tratar, deu-se por encerrada a reunião às 21h10min, secretariada por mim, Daniela Dias Augusto, cuja ata lavrei e datei e será submetida à aprovação do Conselho Municipal de Política Cultural na próxima reunião.



Documento assinado eletronicamente por **Daniela Dias Augusto, Técnico(a) de Gestão Pública**, em 28/08/2025, às 10:16, conforme horário oficial de Brasília, conforme a Medida Provisória nº 2.200-2 de 24/08/2001 e o Decreto Municipal nº 1.525 de 15/12/2017.



Documento assinado eletronicamente por **Nuria Akemi Valentim Hocama, Usuário Externo**, em 28/08/2025, às 10:19, conforme horário oficial de Brasília, conforme a Medida Provisória nº 2.200-2 de 24/08/2001 e o Decreto Municipal nº 1.525 de 15/12/2017.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.londrina.pr.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **16183565** e o código CRC **21CBEE35**.

Referência: Processo nº 19.024.164581/2024-42

SEI nº 16183565